

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SANEAMENTO: CRIAÇÃO DA ASSESSORIA DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA

Graziane de Jesus Santos*
Silvia Roberta Lima Miranda**

RESUMO: *Este artigo apresenta um estudo descritivo sobre a experiência do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alagoinhas na criação da Assessoria de Integração Comunitária, setor responsável pelo planejamento e gestão dos projetos socioambientais executados nas comunidades atendidas através das obras de saneamento. Estes projetos são compostos por ações sociais que objetivam contribuir com o desenvolvimento socioambiental e promoção da saúde das comunidades a partir dos eixos de mobilização e organização comunitária, educação ambiental e geração de renda. O texto descreve aspectos sobre a problemática da política pública de saneamento e a metodologia utilizada para a execução de projetos sociais que possibilitam a articulação entre a participação cidadã e a implantação de sistemas de esgotamento sanitário como caminho possível e necessário para alcançar impactos positivos nas condições de vida do cidadão.*

Palavras-chave: Saneamento; Participação social; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A implementação dos serviços de saneamento no Brasil, configura-se historicamente, como desafio para as políticas públicas. A execução de obras e serviços nem sempre foram consideradas necessárias para os cidadãos. A compreensão da correlação existente entre saneamento e saúde, não influenciaram as discussões e práticas da maior parcela da sociedade. Esse cenário evidencia a demanda por práticas pedagógicas que possibilitem a construção de conhecimentos, por todas as classes sociais, que garantam mudanças graduais na forma de sentir, pensar e agir a estreita relação existente com a saúde, a partir do conceito da Organização Mundial de Saúde - OMS situação de bem estar físico, mental e social do cidadão e qualidade de vida.

A lei 11.445 aprovada em 05/01/2007 regulamenta a política federal de saneamento básico, ressaltando a importância da criação de mecanismo para a participação através do exercício democrático do controle social. Esse exercício só será possível através de um processo educativo que viabilize a partilha de necessidades, aspirações e compromisso das comunidades com a melhoria das suas condições de vida.

O município de Alagoinhas vem nos últimos anos realizando avanços significativos na construção da política municipal de saneamento com a inclusão da participação cidadã. O Orçamento Participativo; Conferências Integradas de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente; Lei

* Assistente Social egressa da UCSAL, Especialista em Administração e Planejamento de Projetos Sociais, Assessora de Integração Comunitária do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alagoinhas, Bahia, Brasil. E-mail: anesocial@yahoo.com.br – Autora.

** Assistente Social egressa da UNIT, Técnica Social do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alagoinhas, Bahia, Brasil. E-mail: sol_vinha@hotmail.com – Co-autora.

Municipal de Saneamento e a construção e execução da agenda 21, formuladas através da participação popular, consideradas práticas importantes na trajetória do desenvolvimento municipal.

Nesta perspectiva, destaca-se a contribuição do Serviço Autônomo de Água e Esgoto que legitimou institucionalmente a Assessoria de Integração Comunitária para executar projetos socioambientais que possibilitem o desenvolvimento deste setor nas comunidades beneficiárias através da implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Esta experiência aponta resultados importantes para o processo de gestão social e desenvolvimento local, uma vez que medidas preventivas são tomadas pela comunidade, a partir da sua participação nas ações que compõem os projetos. Sabe-se que estamos diante de um caminho que apesar dos entraves e dificuldades, apresenta alternativas na construção de comunidades melhores.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SERVIÇOS DE SANEAMENTO

A fragmentação histórica que acompanhou as políticas públicas de saneamento no Brasil comprometeu significativamente os índices de desenvolvimento social do país.

De acordo com Rezende e Heller, muitos foram os problemas sanitários enfrentados pelos homens na Antiguidade, guiando-se pelo senso comum de desarticulação entre a ausência de saneamento e a presença de algumas doenças. Com o decorrer do processo de industrialização as comunidades passaram pelo processo acirrado de crescimento populacional, em contrapartida, as condições sanitárias encontravam-se cada vez mais precárias, provocando um aumento do risco de epidemias, sobretudo afetando a saúde do trabalhador (REZENDE e HELLER, 2002, p. 84).

A partir de então, houve uma expansão das políticas públicas, provocando um movimento de grande repercussão: uma ampla reforma sanitária. Dessa forma, criaram-se novas formas de administração, baseada na observação do cotidiano das cidades, identificação dos problemas vinculados à ausência de saneamento e, tentativa de solução e/ou refreamento das epidemias, fruto da experiência adquirida ao longo do tempo.

Após a reforma sanitária, as ações de saneamento foram se relacionando às intervenções físicas do homem no meio, para seu conforto, bem-estar, e proteção de sua salubridade. Estas ações foram evoluindo à medida que as civilizações tornavam-se mais complexas.

A evolução da sociedade acarretou mudanças do ponto de vista institucionais e jurídicos que impactaram positivamente na prestação de serviços e participação da sociedade com vistas à promoção da saúde pública e o desenvolvimento sócio-ambiental das comunidades, considerando suas diversidades. Algumas dessas mudanças possuem desdobramentos que serão contextualizados e descritos neste artigo.

Aspectos metodológicos

A Assessoria de Integração Comunitária possui 04 anos de existência institucionalizada, a partir da inclusão no organograma da autarquia após realização de reforma administrativa. Entretanto, o funcionamento foi iniciado há 06 anos. A criação do setor originou-se da exigência

da execução de projetos sociais financiados pela Caixa Econômica Federal – CEF e Fundação Nacional da Saúde – FUNASA, a partir da assinatura de convênios para liberação de recursos para obras de saneamento.

A execução dos projetos inicia-se através da realização de estudos de viabilidade técnica e elaboração de projetos por parte da equipe de engenharia. A metodologia participativa norteia todo o processo de intervenção técnico-social, através do diagnóstico social realizado a partir de visitas domiciliares e institucionais, com aplicação de questionários para identificação das condições sócio-econômicas e reuniões com lideranças locais.

As ações e atividades são realizadas a partir do exercício teórico-prático, em que os conteúdos utilizados são articulados às técnicas de dinâmicas de grupo, vivências, músicas e jogos educativos, propiciando a troca de experiências e construção de conhecimentos de forma compartilhada. Segue abaixo relacionado às atividades sociais que compõem os eixos de intervenção:

Mobilização e organização comunitária

As áreas de intervenções possuem níveis baixos de organização social. As instituições e moradores locais não dialogam e a comunidade reconhece isso como elemento dificultador do processo de desenvolvimento. Sendo assim, as ações sociais voltadas para ampliar ou fortalecer organizações representativas de interesse coletivo se consubstancia como elemento estratégico para alcançar os objetivos previstos através das intervenções físicas e sociais.

Ações desenvolvidas:

Visitas domiciliares para conhecimento da realidade comunitária;
Estabelecimento de parcerias com organizações governamentais e não governamentais;
Visitas domiciliares para socializar informações e mobilizar a comunidade;
Reuniões comunitárias para apresentação do projeto de trabalho técnico social;
Reunião comunitária para formação da CAO – Comissão de Acompanhamento de Obras;
Realização de Oficina de Associativismo com lideranças locais;
Confraternizações Natalinas.

Educação sanitária e ambiental

Os dados coletados através da pesquisa social realizada nas comunidades beneficiárias revelam inúmeras demandas no que se refere à construção de conhecimentos sobre o manejo e uso racional da água; resíduos sólidos: reciclagem, redução, reutilização e acondicionamento adequado; prevenção das doenças relacionadas à falta de saneamento, bem como a necessidade da conservação e funcionamento adequado do sistema de esgotamento sanitário. Nesse eixo a promoção da saúde permeará objetivamente a execução das atividades com intento de que as condições de vida dos moradores sejam alteradas.

Ações desenvolvidas:

Ciclo de Palestras;
Palestra sobre a saúde do catador de materiais recicláveis;

Capacitação para Formação de Agente Multiplicador em Educação Ambiental e Sanitária e Sistema de Esgotamento Sanitário Condominial;
Mutirão de Limpeza;
Curso de Transformação de Resíduos Sólidos em Decoração, Móveis e Objetivos Pedagógicos: Projeto Reciclarte;
Curso de Alimentação Alternativa;
Arborização nas Escolas: Cantinho da Natureza;
Gincana entre as Escolas Municipais;
Concurso de Cartazes na Escola;
Oficina Educativa de Teatro;
Realização do Concurso da Cozinha Mais Limpa;
Feira de Saúde.

Geração de trabalho e renda

Para alcançar o desenvolvimento social pressuposto nos projetos técnicos sociais é necessário à promoção de ações que possibilite a ampliação de renda das famílias. Dessa forma, são realizados oficinas e cursos voltados para capacitação profissional.

Ações desenvolvidas:

Oficina de Desenvolvimento Comunitário através da Arte do Mosaico;
Curso de Office Boy;
Curso de Culinária e Higiene da Cozinha;
Curso de Corte e Costura;
Curso de Eletricista;
Curso de Biscuit;
Curso de Customização.

Estes eixos agregarão a dimensão da participação ao saneamento, articulação necessária para que os resultados converjam para o desenvolvimento local e a melhoria da condição de vida de cada cidadão beneficiário.

Resultados alcançados

As experiências apresentadas ainda não foram concluídas fato que impossibilitou a realização avaliação sistemática dos projetos. Entretanto, durante a efetivação das ações sociais são utilizadas técnicas e instrumentos de avaliação. Seguem abaixo relacionados alguns resultados qualitativos obtidos durante a execução dos projetos que foram identificados através da aplicação de questionário de avaliação em visitas domiciliares, observação dirigida e preenchimento de fichas de avaliação durante as atividades sociais.

Co-responsabilidade das lideranças no desenvolvimento das atividades para melhorias das condições de saúde pública.

As ações desenvolvidas possibilitaram o surgimento de novas lideranças locais. Essas lideranças assumiram o papel de sujeitos no processo de interação social através do estabelecimento de relações compartilhadas no planejamento e execução das atividades do projeto social.



Registro Fotográfico 01 - Reunião desenvolvida com a CAO motivando o Bispo - M



Registro Fotográfico 02 - Visita para acompanhamento das ações da CAO mos

Inclusão da temática educação ambiental na educação formal para a promoção de saúde.

Foram realizadas atividades nas Escolas que garantiram a inserção da educação ambiental no planejamento pedagógico das instituições públicas educacionais existentes nas comunidades beneficiárias. Os conteúdos voltados para o estabelecimento de relações mais harmônicas entre os seres vivos que habitam o ambiente e o impacto dessa relação nas condições de saúde foram desenvolvidos através da articulação interdisciplinar e parceria entre técnicos sociais e professores.



Registro Fotográfico 03 - Concurso do Cartaz



Registro Fotográfico 04 - Oficina de Teatro na Escola

“Precisamos da natureza para viver, por isso precisamos cuidar dela”.
Aline Milena – Aluna da Escola Jardim Petrolar.



Registro fotográfico 05 - Ciclo de Palestras/Teatro de marionete nas Escolas



Registro Fotográfico 06 - Apresentação de maquete sobre o SESC – Sistema de Esgotamento Sanitário Condominial.

“Devemos cuidar da água porque se a gente ficar sem, não terá mais vida na terra. Já falei lá em casa pra fechar a torneira quando for escovar os dentes!”

Lázaro Luís - Aluna da Escola Alírio Afonso.



Registro Fotográfico 07 - Alunos na Oficina de Arborização

Desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos envolvidos.

No desenvolvimento das atividades dos cursos de mosaico, culinária e oficina de associativismo foram realizados trabalhos de arte-terapia com os grupos. Essas práticas contribuíram concretamente para a elevação da auto-estima do grupo, verificados em diversos depoimentos, fato que proporcionou o reconhecimento da capacidade de atuarem como sujeitos da sua própria história.



Registro Fotográfico 08 - Oficina de Mosaico



Registro Fotográfico 09 - Oficina de Associativismo

“Melhorei tanto meu psicológico. Para mim foi uma terapia.” Lurdes Santos - Moradora Jd. Petrolar

Ampliação da renda familiar.

Entretanto, já existem indicadores de resultados de mudanças na qualidade de vida dos moradores que participaram das oficinas e cursos de geração de trabalho e renda, como demonstra o depoimento a seguir:



Registro Fotográfico 10 - Oficina
de Reciclagem

*“Pra mim o curso foi produtivo demais, eu tô ganhando dinheiro. Antes do curso eu costurava e ganhava pouco, tirava uns R\$ 300,00 por mês. Depois cheguei a tirar quase R\$ 1.000,00. E o melhor, aproveitando o lixo!”
Ilda Souza - Ex-aluna do Curso de Reciclagem*

Ampliação da participação cidadã em seminários e conferências municipais.

A partir dos conhecimentos adquiridos nos cursos, os integrantes puderam perceber a sua importância, sobretudo o exercício da cidadania na perspectiva da redução dos resíduos sólidos, concomitante a oportunidade de venda e exposição do que foi apreendido através da exposição dos objetos produzidos nos cursos de reciclagem em Conferência Municipal Integrada de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente, Conferência das Cidades e exposição no Projeto Primavera - Rede Bahia em Feira de Santana.



Registro Fotográfico 11 - Conferência
Integrada: Saúde, Meio Ambiente e
Saneamento.

*“Estamos muito orgulhosas de tudo isso. Nem acredito que as pessoas estão encantadas com as obras de artes fruto da nossa criatividade!”
Elizete Portugal – Moradora – Jardim Petrolar.*

Reconhecer os avanços e identificar os desafios são metas cotidianamente buscadas por toda a equipe técnica social.

CONCLUSÃO

As ações sociais realizadas baseiam-se na afirmativa de que o desenvolvimento social só poderá ser realidade se estiver acompanhado do exercício pleno da participação cidadã e ampliação dos serviços de saneamento. Para tanto, é preciso que os gestores municipais

possibilitem a construção de políticas públicas qualificadas a partir da mobilização dos atores sociais.

Os resultados parciais descritos revelam que os objetivos dos projetos vêm sendo paulatinamente alcançados conforme informações supracitadas. Os avanços ocorridos no arcabouço jurídico voltado para as ações de saneamento possuem princípios e diretrizes que incluem a participação social como importante instrumento de controle social.

As dificuldades e obstáculos vivenciados pela equipe técnica variam desde a definição de local e horário para a realização das atividades sociais até os percentuais de participação monitorados mensalmente, entretanto, tais entraves não podem determinar o fim dos sonhos dos educadores, devem servir como molas propulsoras de metodologias a serem re-inventadas.

É nítido que o processo de co-responsabilização e a busca pelo verdadeiro exercício da cidadania não se configura como um caminho rápido a ser trilhado, uma vez que perpassa o processo de construção, de ruptura e mudança de comportamento. Porém é preciso acreditar nas possibilidades infindáveis do ser humano como único sujeito capaz de protagonizar mudanças societárias.

Dessa forma, experiências como essas revelam caminhos possíveis para garantir a ampliação do envolvimento dos cidadãos na construção dos sistemas de saneamento. Ressalta-se que essas experiências foram apresentadas e premiadas na 37ª ASSEMAE – Assembléia Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de janeiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

HELLER, Léo; REZENDE, Sonaly Cristina. **O Saneamento no Brasil: Políticas e interfaces**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

PEDRINE, Alexandre de Gusmão. **Artigo Educação Ambiental para o desenvolvimento ou sociedade sustentável**. 2006.